

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

Concurso Público

Ingresso na Titularidade dos Serviços Notariais e de Registro do Foro Extrajudicial do Estado de Mato Grosso

CADERNO DE PROVA DISSERTATIVA



TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **duas** questões e uma proposta de lavratura de um Ato Notarial ou de Registro, correspondentes à prova dissertativa, acompanhadas de espaços para rascunho.
- 2 O rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Será admitida a consulta apenas a código e textos legais, desde que não comentados ou anotados e isentos de acórdãos ou remissão à jurisprudência, entendimentos doutrinários ou súmulas e enunciados.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 A duração da prova é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para as respectivas folhas de textos definitivos.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos completo e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **31/1/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br e www.tjmt.gov.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **1.º a 4 e 9/2/2005** – Recursos (prova objetiva): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **1.º/3/2005** – Resultado final da prova objetiva e resultado provisório da prova dissertativa: Diário da Justiça do Estado de Mato Grosso e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 17 do Edital n.º 21/2004 – TJMT/ING.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISSERTATIVA

- Nas questões a seguir — que valem **trinta** pontos cada uma — e na lavratura do Ato Notarial ou de Registro — que vale **quarenta** pontos —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS** da prova dissertativa, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de textos escritos em locais indevidos.
- Obedeça aos limites de extensão máxima determinados. Em cada questão da prova dissertativa, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado. No ato Notarial ou de Registro, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **noventa** linhas será desconsiderado.
- Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas folhas de **TEXTO DEFINITIVO** correspondentes.

ATENÇÃO! No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

No Brasil, mais de 800 mil meninas e meninos não são registrados no primeiro ano de vida. O direito a um nome e à nacionalidade são o primeiro direito da criança. Portanto, além de uma violação de um direito fundamental, a falta de registro dificulta o acesso de meninas e meninos a serviços de saúde e a educação infantil, além de comprometer o planejamento de políticas públicas, como o cálculo das doses de vacinas.

Desde 1997, existe uma lei federal que obriga os cartórios a fazer o registro civil e emitir, sem qualquer ônus para o solicitante, a primeira via da certidão de nascimento. Porém, em alguns lugares, a lei ainda não é cumprida. Por isso, o UNICEF sensibiliza a população, a mídia, os juízes e os cartórios acerca da importância da emissão gratuita desse documento.

Uma forma de se garantir o registro das crianças logo após o nascimento é possibilitar a sua realização nas próprias maternidades. Com esse objetivo, o UNICEF mobiliza a rede hospitalar e o poder judiciário local para que serviços de registro de crianças estejam disponíveis em todas as maternidades de forma regular e permanente.

Internet: < <http://www.unicef.org/brazil/registrocivil.htm> > (com adaptações).

Considerando que o texto apresentado acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo abordando os seguintes aspectos:

- ▶ registro de nascimento;
- ▶ gratuidade;
- ▶ indicação da paternidade no assento: pais casados/não-casados entre si;
- ▶ reconhecimento voluntário ou judicial da paternidade posteriores ao registro;
- ▶ averiguação oficiosa de paternidade.

Em seu texto, seja o mais abrangente possível, procure alcançar todas as hipóteses contidas nos pontos indicados e apresente os necessários fundamentos jurídicos e legais das soluções indicadas.

(valor: 30,0 pontos)

RASCUNHO – QUESTÃO 1 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 1 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Jorge, funcionário público, e Dulce, advogada, casaram-se pelo regime de comunhão universal de bens após o advento da Lei n.º 6.515/1976 e não tiveram filhos. No registro de imóveis local, consta que Jorge é proprietário de 6 apartamentos iguais, adquiridos quando ele era solteiro, sendo que o casal reside em um desses imóveis. Jorge, com a intenção de proteger esses imóveis de problemas com dívidas futuras, compareceu a um tabelionato de notas para requerer a lavratura de ato notarial, que, no seu entender, poderia ser feita de uma das seguintes maneiras:

- a) considerando que, no registro de imóveis, consta como solteiro o seu estado civil, então ele, na qualidade de solteiro, outorga sozinho escritura de doação para Dulce, gravando os bens com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade;
- b) Jorge e Dulce, como casados, outorgam-se uma escritura pública de imposição de cláusulas, na qual impõem cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade aos imóveis, para posterior averbação na matrícula desses bens, na forma do art. 167, II, 11, da Lei n.º 6.015/1973.

Considerando as atribuições do tabelião de notas, responda cada um dos questionamentos abaixo, embasando suas respostas com os necessários fundamentos jurídicos e legais.

- ▶ O tabelião obriga-se a lavrar o ato da maneira requerida pela parte que comparece à sua serventia?
- ▶ O tabelião deve lavrar a escritura da primeira maneira sugerida por Jorge?
- ▶ O tabelião deve lavrar a escritura da segunda maneira sugerida por Jorge?
- ▶ Se as respostas anteriores forem negativas, qual seria a orientação adequada e legal para atender a pretensão de Jorge?

(valor: 30,0 pontos)

RASCUNHO – QUESTÃO 2 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 2 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

ATO NOTARIAL OU DE REGISTRO

João, brasileiro, professor, solteiro, é proprietário de um apartamento situado em um município mato-grossense, devidamente matriculado no registro de imóveis local. O imóvel encontra-se hipotecado em garantia de um empréstimo pessoal. Para vendê-lo, João nomeia como procurador seu primo Pedro, brasileiro, advogado e casado com Ana Maria.

No cumprimento de seu mandato, Pedro acerta a venda do bem a Alberto, solteiro, pelo valor de R\$ 100.000,00, a ser pago da seguinte forma: R\$ 50.000,00 em dinheiro, no momento da outorga da escritura, e R\$ 50.000,00 no prazo de 90 dias. Por exigência de Pedro, ficou estabelecido que o não-pagamento da segunda parcela no prazo estipulado ensejaria o desfazimento do contrato de pleno direito, devendo, nesse caso, ser restituído apenas um quarto do valor pago na primeira parcela.

O tabelião atende o procurador e o adquirente, que comparecem ao tabelionato de notas para requerer a lavratura da escritura nas condições estabelecidas.

Com base na situação hipotética exposta e na qualidade de tabelião que atende Pedro e Alberto, lavre o ato notarial pertinente. As informações que necessitem constar do documento, mas que não fizeram parte do enunciado, devem ser livremente criadas por você, desde que não o identifiquem.

(valor: 40,0 pontos)

RASCUNHO – ATO NOTARIAL OU DE REGISTRO – 1/3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – ATO NOTARIAL OU DE REGISTRO – 2/3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – ATO NOTARIAL OU DE REGISTRO – 3/3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

